



ECUMENISMO E DIÁLOGO INTER- RELIGIOSO



Missão

Promover um ensino que permita o desenvolvimento do indivíduo de modo integral, visando sua autonomia intelectual e a autorrealização, formando profissionais críticos e reflexivos com visão generalista e multidisciplinar, conscientes de seu papel social.”



Valores

A confiança, sensibilidade, flexão, justiça, honestidade, autodesenvolvimento, respeito ao próximo e percepção, empatia, descentralização e nobreza de espírito.”



Visão de futuro

Ser uma Instituição de Ensino Superior (IES) reconhecida pela excelência nos serviços educacionais, meios para que a sua comunidade acadêmica realize, em sua plenitude, as legítimas aspirações da pessoa humana, atuando em perfeita sintonia com a sociedade apoiada em valores éticos inalienáveis, buscando sempre a racionalização de recursos e a otimização de resultados, comprometida com as transformações do seu tempo.

Princípios institucionais

-  Ética, consciente de sua responsabilidade social e compromissada com os valores de justiça, igualdade e fraternidade;
-  Atual no resgate da cidadania, na formação do cidadão como ser ético e político, consciente de suas responsabilidades, de seus direitos e deveres;
-  Aglutinadora, aberta a todo o saber, crítica, criativa e competente;
-  Comprometida com resultados;
-  Aberta a parcerias e alianças com outras instituições, objetivando desenvolver programas de integração;

SOBRE A AUTOR:**Josimir Albino do Nascimento****FORMAÇÃO ACADÊMICA**

Bacharel em Teologia com especialização em Línguas Bíblicas pela Faculdade de Teologia UNASP-EC (2011). Doutorado em Teologia Sistemática pela PUC-Rio (2019). Pós-Graduado em Produção Textual pela FAVENI (2023).

Tradutor de obras para a Casa Publicadora Brasileira (CPB) e para a UNASPRESS. Coordenador e professor de cursos de teologia para leigos e preparação de jovens missionários. Experiência em missiologia, soteriologia e eclesiologia, tendo em vista a atuação no ministério pastoral; escatologia, com foco nos livros de Daniel e Apocalipse; e em pneumatologia, através de estudos desse ramo que tem sido o centro da teologia em grande parte das denominações cristãs da atualidade desde o século dezenove. Atuação na área de responsabilidade social, com fundamentação na ética bíblica aplicada ao contexto contemporâneo.

APRESENTAÇÃO

Presado/a estudante,

A disciplina Ecumenismo e diálogo inter-religioso, oferecida pelo curso de Teologia da Faculdade Malta-FACMA, integra o Bacharelado em Teologia, porque trata de um tema conflitante, cuja proposta é a busca da unidade entre as diferentes denominações cristãs, promovendo a cooperação e o entendimento mútuo entre igrejas, no entanto, sem renunciar a suas identidades doutrinárias. Além disso, lida com a questão do diálogo inter-religioso, o esforço de comunicação e cooperação entre pessoas de diferentes religiões, com o objetivo de promover o respeito, a paz e a compreensão mútua entre ramificações distintas de fé. Com isso, você será capaz de distinguir as diferenças e mensurar até que ponto o diálogo é possível.

Na Unidade 1 “O TÓPICO CENTRAL SERÁ: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEOLÓGICOS DO ECUMENISMO: A) O ECUMENISMO CATÓLICO; B) O ECUMENISMO PROTESTANTE; C) O ECUMENISMO, A UNIDADE E A MISSÃO DA IGREJA”. O tópico aborda os fundamentos históricos e teológicos do ecumenismo, examinando suas raízes e desdobramentos nas principais ramificações cristãs. O ecumenismo católico é analisado a partir do Concílio Vaticano II e suas implicações na abertura ao diálogo; o protestante, desde os esforços de reconciliação e cooperação entre denominações no século XX; e, por fim, a relação entre ecumenismo, unidade e missão da Igreja, destacando que a busca pela comunhão entre as confissões distintas deveria refletir o desejo de Cristo, ou seja, a unidade deve ser baseada na verdade (João 17).

Na Unidade 2 “ESTUDAREMOS COMO TEMA CENTRAL: POSIÇÕES CONSERVADORAS E LIBERAIS NO ECUMENISMO: A) O CONSERVADORISMO: DOCTRINA, EXCLUSIVIDADE E VERDADE REVELADA; B) O LIBERALISMO: PLURALISMO E COOPERAÇÃO INTERDENOMINACIONAL; C) TENSÕES E CONTRIBUIÇÕES DE CATÓLICOS E PROTESTANTES”. Neste tema, estudaremos as diferentes abordagens teológicas no ecumenismo a partir das posições conservadoras e liberais. O conservadorismo enfatiza a fidelidade à doutrina, a exclusividade da verdade revelada nas Escrituras e uma postura cautelosa diante do pluralismo. Por

outro lado, o liberalismo teológico valoriza o diálogo, o pluralismo religioso e a cooperação interdenominacional como meios de promover a paz e a compreensão entre as igrejas. Analisaremos também as tensões e contribuições históricas de católicos e protestantes, refletindo sobre os desafios e os avanços do movimento ecumênico.

Na Unidade 3 “A SEÇÃO EXPLORARÁ O TEMA: DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO: PRINCÍPIOS, DESAFIOS E PRÁTICAS: A) A DIFERENÇA ENTRE ECUMENISMO E DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO; B) AS PRÁTICAS DE DIÁLOGO E A COLABORAÇÃO EM CAUSAS SOCIAIS; C) A IDENTIDADE E O TESTEMUNHO CRISTÃO EM CONTEXTOS PLURAIS”. Esta seção abordará o tema do diálogo inter-religioso, destacando seus princípios orientadores, os desafios enfrentados e as práticas concretas. Será feita uma distinção clara entre ecumenismo — que se refere ao diálogo entre cristãos — e diálogo inter-religioso, que envolve a interação entre diferentes ramificações de fé. Analisaremos também como o diálogo pode se concretizar em ações colaborativas em prol de causas sociais comuns, sem comprometer a identidade cristã. Finalmente, refletiremos sobre como manter um testemunho cristão fiel e respeitoso em contextos religiosos plurais e complexos.

Prof. Josimir Albino do Nascimento (ThD)

Sumário

UNIDADE 1 - AS RAÍZES DO ECUMENISMO: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEOLÓGICOS. A) O ECUMENISMO CATÓLICO; B) O ECUMENISMO PROTESTANTE; C) O ECUMENISMO, A UNIDADE E A MISSÃO DA IGREJA.	8
Definição de ecumenismo	8
Implementação e propósito do ecumenismo católico	9
Implementação e propósito do ecumenismo protestante	9
Ecumenismo, ameaça ou corroboração com a missão da igreja?	11
INDICAÇÃO DE VÍDEO:	12
LEITURA COMPLEMENTAR	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS	13
HORA DE REVISAR	13
REFERÊNCIAS	15
UNIDADE 2 - CONSERVADORES E LIBERAIS NO ECUMENISMO: ENTRE A DOCTRINA E A VERDADE REVELADA DO CONSERVADORISMO, O PLURALISMO E A COOPERAÇÃO INTERDENOMINACIONAL DO LIBERALISMO, E AS TENSÕES E CONTRIBUIÇÕES DE CATÓLICOS E PROTESTANTES.	16
O Conservadorismo — Doutrina, Exclusividade e Verdade Revelada	16
O Liberalismo — Pluralismo e Cooperação Interdenominacional	17
Tensões e Contribuições de Católicos e Protestantes	19
INDICAÇÃO DE VÍDEO:	21
LEITURA COMPLEMENTAR	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
HORA DE REVISAR	22
REFERÊNCIAS	25
UNIDADE 3 - DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO: PRINCÍPIOS, DESAFIOS E PRÁTICAS — DIFERENÇA ENTRE ECUMENISMO E DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO; PRÁTICAS DE DIÁLOGO E COLABORAÇÃO SOCIAL; IDENTIDADE E TESTEMUNHO CRISTÃO EM CONTEXTOS PLURAIS.	26
Noções Preliminares	26
Princípios, Desafios e Práticas: A Diferença entre Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso	27
A Prática de Diálogo e a Colaboração em Causas Sociais	28
A Identidade e o Testemunho Cristão em Contextos Plurais	30
INDICAÇÃO DE VÍDEO:	31
LEITURA COMPLEMENTAR	32

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
HORA DE REVISAR.....	33
REFERÊNCIAS	35

UNIDADE 1 - AS RAÍZES DO ECUMENISMO: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEOLÓGICOS. A) O ECUMENISMO CATÓLICO; B) O ECUMENISMO PROTESTANTE; C) O ECUMENISMO, A UNIDADE E A MISSÃO DA IGREJA.

Objetivos:

- **Definição de ecumenismo.**
- **Implementação e propósito do ecumenismo católico.**
- **Implementação e propósito do ecumenismo protestante.**
- **Ecumenismo, ameaça ou corroboração com a missão da igreja?**

Definição de ecumenismo

O Senhor Jesus, durante a sua oração sacerdotal, clamou pela unidade de Seus discípulos: “[...] a fim de que todos sejam um; e como és tu, ó Pai, em mim, e eu em ti, também sejam eles em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste.” (João 17:21, ARA). Essa oração revela que a unidade entre os seguidores de Cristo não é apenas um ideal espiritual, mas um testemunho vivo ao mundo da autenticidade da missão de Jesus nesses seguidores. Tendo em vista que ela reflete a comunhão entre o Pai e o Filho — uma comunhão baseada no amor, na verdade e na missão redentora.

Champlin (2013, p. 386) explica que o termo grego *oikoumene*, que originalmente significa “mundo habitado” ou “universal”, passou a ser usado no cristianismo para designar aquilo que é reconhecido por toda a Igreja. Referindo-se aos concílios, expressa a representatividade e aceitação universal das decisões. Com o tempo, passou a simbolizar a unidade dos cristãos como um corpo único e harmônico, sem divisões.

Dando continuidade, Champlin (2013, p. 389) pondera que o movimento ecumênico procura identificar um terreno comum mínimo que permita a união dos diversos segmentos do cristianismo. Inicialmente, ele se concentra nas grandes denominações, com a inclusão das menores em etapas posteriores. Porém, o seu objetivo é restaurar a unidade e a representatividade da Igreja Cristã Universal,

superando a fragmentação histórica que persiste há séculos.

Implementação e propósito do ecumenismo católico

Weber (2009, v. 2, p. 2-5) informa sobre a origem do ecumenismo católico, afirmando que no Concílio Vaticano II, o Papa João XXIII promoveu uma abertura significativa ao diálogo ecumênico. No Decreto sobre o Ecumenismo (1964), a Igreja Católica reafirmou que a plenitude dos meios de salvação se encontra em sua comunhão, mas, pela primeira vez, reconheceu oficialmente a existência de cristãos autênticos fora de seu âmbito, chamados de “irmãos separados”.

O autor continua sua descrição, dizendo que a Igreja Católica Romana esteve ausente por muito tempo da maioria dos esforços ecumênicos feito pelos protestantes. Divergências sobre temas como a primazia do papa e a compreensão da Eucaristia criaram uma distância significativa entre católicos e protestantes no diálogo pela unidade cristã.

No entanto, uma mudança na política de Roma com relação aos protestantes e mesmo em relação às religiões não cristãs, levou os católicos, não apenas a aderir o movimento iniciado pelos protestantes, mas a assumir uma posição de destaque dentro do movimento ecumênico, a partir do Concílio Vaticano II.

Em dezembro de 1965, refletindo um novo espírito de abertura, o Papa e o Patriarca de Constantinopla anularam mutuamente as excomunhões que haviam separado a Igreja Católica Romana e a Ortodoxa Oriental desde 1054. Esse gesto marcou um avanço simbólico, acompanhado por diversos contatos ecumênicos promovidos pelo Secretariado do Vaticano para a Promoção da Unidade Cristã.

Em meio aos tempos modernos de abertura e espírito democrático, a liderança católica percebeu que continuar com as mesmas estratégias que caracterizaram as rivalidades do passado, acarretaria uma perda de relevância e de espaço para assumir um papel de destaque, tanto no mundo religioso quanto político.

Implementação e propósito do ecumenismo protestante

Walker (2006, p. 803) apresenta uma visão otimista quanto ao surgimento do ecumenismo ao afirmar que o movimento ecumênico ganhou destaque no século XX, mas suas raízes remontam ao século XVI. Contudo, foi no século XIX que surgiram iniciativas concretas em diversas áreas do pensamento e da prática

protestante, resultando na formação de agências interdenominacionais de alcance mundial e na promoção de algumas uniões orgânicas de igrejas no século seguinte.

Entre essas áreas, a mais significativa foi a missão. Nos campos missionários, tornaram-se evidentes tanto os prejuízos causados pela competição entre denominações quanto a urgência de uma atuação coordenada, o que impulsionou o espírito de cooperação que marcaria o ecumenismo moderno.

Almeida (2024, p. 180), por outro lado, argumenta que a motivação para o ecumenismo protestante, e que deu origem ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI) remonta às primeiras décadas do século XIX, quando a crescente influência e o esforço da Igreja Romana para restabelecer sua autoridade religiosa e política levaram à perseguição de protestantes em diversas regiões, especialmente na Europa, motivando-os a buscar maior união e cooperação diante das pressões católicas.

Se essa foi a motivação inicial, certamente não é mais na atualidade, particularmente, devido à mudança da política católica em relação aos protestantes depois do Concílio Vaticano II. Almeida continua a sua abordagem, dizendo que na primeira década do século XX, surgiu na América do Norte o Conselho Federal de Igrejas, uma organização de orientação modernista que priorizava o serviço social em detrimento da doutrina cristã. Essa entidade exerceu significativa influência na formação do futuro Conselho Mundial de Igrejas.

Almeida (2024, p. 181) descreve a inversão nas motivações dos protestantes, afirmando que, movidos por um espírito de liberalismo extremo, os idealizadores do Conselho Mundial de Igrejas enviaram uma carta ao papa, comunicando a proposta da organização e expressando o desejo de futuras consultas com teólogos e eruditos católicos romanos.

Almeida demonstra o crescente afastamento das bases protestantes pela postura de alguns integrantes do CMI, ao relatar que a decadência teológica chegou ao ponto de levar alguns teólogos liberais europeus a buscarem, junto ao papa, o perdão oficial a Martinho Lutero por seu afastamento das doutrinas romanistas e por proclamar a justificação pela fé.

A impossibilidade de um ecumenismo autêntico ocorre devido à diversidade

doutrinária, tendo em vista que, enquanto para a Igreja Católica não há nenhum problema em ostentar imagem de escultura e pedir a intercessão de Maria, para os protestantes conservadores essas doutrinas ou dogmas católicos, representam verdadeira aberração doutrinária. A grande questão que se sobrepõe a uma tentativa de unidade orgânica é: pode haver unidade entre grupos com uma distância teológica dessa dimensão?

Ecumenismo, ameaça ou corroboração com a missão da igreja?

Segunda a argumentação e as evidências apresentadas por Almeida (2024), devido à influência dos pressupostos liberalistas nos círculos ecumênicos, a primeira agência da igreja a ser afetada é a missão. Por outro lado, Champlin (2013, p. 389) afirma que o movimento ecumênico moderno começou em 1910, com uma reunião de missionários protestantes em Edimburgo, Escócia, com finalidade missionária. Em 1927, a Conferência Mundial sobre a Fé, realizada em Lausanne, Suíça, aprofundou o debate sobre unidade e cooperação entre os cristãos.

Cairns (2008, p. 493) aborda sobre a depreciação missionária e da teologia em face da expansão do ecumenismo, argumentando através de dados históricos que o processo de fragmentação denominacional que caracterizou o protestantismo desde a Reforma começou, por volta de 1800, a ceder espaço à formação de novos grupos por meio da fusão de igrejas. A partir do século XIX, a ênfase na integração — ou ecumenismo — passou a ocupar o lugar da expansão missionária na prioridade de muitos líderes. O termo “ecumênico” teria sido utilizado pela primeira vez por volta de 1936, durante uma conferência da Comissão sobre Fé e Ordem, que contou com a participação de representantes tanto liberais quanto conservadores. Em diversas ocasiões, na tentativa de alcançar consenso, a teologia foi reduzida, em favor da unidade organizacional.

Barros (2017, p. 25) comenta que, em 1967, por ocasião dos 450 anos da Reforma, Karl Rahner afirmou que, ao contrário do tempo de Lutero, já não havia diferenças substanciais na forma de expressar a fé entre a Igreja Católica e as Igrejas Reformadas, e que não existia mais motivo real para a separação, embora as divisões permanecessem visíveis (RAHNER, 1972, p. 201).

Essa constatação se tornou ainda mais relevante nas décadas seguintes, quando, a partir da segunda metade do século XX, católicos e reformados passaram a estabelecer comissões teológicas mistas, resultando em diversos acordos de fé. Já no início da década de 1970, surgiram novas abordagens teológicas, especialmente no que se refere a uma compreensão contemporânea da salvação.

A partir de então, o diálogo entre as diferentes denominações protestantes e a Igreja Católica foi amadurecendo, tornando exequível o entendimento entre elas. No entanto, não há indícios sólidos indicando o avanço da missão por causa desse diálogo. E, embora ele ocorra em diferentes graus de entendimento, dependendo dos grupos que interajam entre si, até mesmo o conceito de missão varia de segmento para segmento.

Portanto, não se pode afirmar que o movimento ecumênico seja uma mola mestra para impulsionar a missão cristã, tendo em vista os diferentes objetivos das denominações cristãs que aceitaram estabelecer o diálogo. Porque, ainda que Rahner defenda o ponto de vista de que não existia mais motivo real para a separação, o hiato doutrinário ainda persiste em alguns segmentos mais conservadores.

INDICAÇÃO DE VÍDEO:

[O Dr. Jansen apresenta neste vídeo “Cinco mitos sobre o ecumenismo”. Como é típico de suas abordagens, ele apresenta o tema de forma equilibrada, ainda que eu não concorde com alguns posicionamentos, como o de que o liberalismo teológico não teve influência sobre o ecumenismo, tendo em vista que o movimento, embora tenha arrefecido, os seus princípios permaneceram ativos nas gerações subsequentes entre os protestantes liberais. Assista, com um olhar avaliativo, o vídeo: **Cinco Mitos sobre o Ecumenismo**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kSovW9fwrkY&t=9s>. Acesso em 14 jul. 2025.]

LEITURA COMPLEMENTAR

O artigo de Abumanssur é interessante pela apresentação de diferentes aspectos históricos no desenvolvimento do ecumenismo, porém, como deve ser a postura de todo estudante de terceiro grau, é mister lê-lo com espírito crítico (no sentido acadêmico). Abumanssur, E. Sued. “Ecumenismo, Protestantismo e Cidadania: Uma

chave de leitura sobre a unidade das igrejas”. PUC-SP. Artigo disponível em: https://www.academia.edu/17250632/Ecumenismo_Protestantismo_e_Cidadania. Acesso em 14 jul. 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos nesta Unidade que, diante da análise histórica e teológica do ecumenismo, embora o movimento tenha promovido avanços significativos no diálogo interdenominacional e na busca por unidade entre cristãos, ele também suscitou tensões, especialmente no tocante à integridade doutrinária e à missão da Igreja. A aproximação entre católicos e protestantes, favorecida por comissões teológicas mistas e declarações conjuntas, refletiu uma nova disposição ao entendimento, mas nem sempre resultou em convergência substancial nas questões fundamentais da fé. Além disso, a influência do liberalismo teológico em certos setores ecumênicos gerou críticas quanto à diluição de verdades bíblicas essenciais, o que, para os segmentos mais conservadores, compromete a autenticidade da unidade proposta. Assim sendo, embora o ecumenismo represente uma oportunidade para superar séculos de divisão, permanece o desafio de conciliar a comunhão visível com a fidelidade às convicções teológicas que definem a identidade cristã histórica.

HORA DE REVISAR

O movimento ecumênico moderno é geralmente situado no início do século XX, com destaque para a conferência missionária de Edimburgo, realizada em 1910, cujo propósito era promover a cooperação entre missionários protestantes. No entanto, como observa Champlin (2013, p. 389), embora esse evento tenha marcado um ponto de partida importante, já em 1927 a Conferência Mundial sobre a Fé, em Lausanne, aprofundou o debate sobre unidade e cooperação cristãs. A despeito de seu início com motivações missionárias, autores como Almeida (2024) advertem que a influência crescente de pressupostos liberais nos círculos ecumênicos afetou negativamente a missão da Igreja. Cairns (2008, p. 493) corrobora essa análise ao indicar que, desde o século XIX, a prioridade dada à integração institucional começou a suplantiar o ímpeto missionário, enfraquecendo a centralidade da proclamação do evangelho. Ele

também observa que, na busca por consenso, a teologia foi muitas vezes reduzida ao seu denominador comum mais simples, o que comprometeu a clareza doutrinária em nome da unidade organizacional.

Nesse contexto, Rahner, citado por Barros (2017, p. 25), declarou em 1967 — durante as comemorações dos 450 anos da Reforma — que já não havia diferenças substanciais na expressão da fé entre a Igreja Católica e as Igrejas Reformadas, e que, portanto, não haveria mais motivo real para a separação. Apesar disso, ele reconheceu que as divisões permaneciam. Essa percepção se tornou ainda mais significativa nas décadas seguintes, quando católicos e protestantes passaram a firmar acordos de fé por meio de comissões teológicas mistas. A partir da década de 1970, emergiram novas abordagens teológicas, sobretudo no tocante à compreensão da salvação. Embora o diálogo tenha amadurecido, variando de intensidade conforme o segmento envolvido, não há evidências sólidas de que esse processo tenha impulsionado a missão cristã. Ao contrário, as divergências teológicas persistem, especialmente entre grupos mais conservadores, para os quais as diferenças doutrinárias continuam sendo um obstáculo substancial à unidade. Assim, embora o ecumenismo tenha favorecido o diálogo e a cooperação institucional, dificilmente pode ser considerado, de forma inequívoca, um catalisador da missão cristã global.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Abrão de. **Teologia Contemporânea**. A influência das correntes teológicas e filosóficas na igreja. Rio de Janeiro: CPAD, 2024.

BARROS, Marcelo. "Bem viver e axé, salvação e graça: ponto de vista de um católico". In: RIBEIRO C. O. & ROCHA, A. R. **Ecumenismo e Reforma**. p. 24-33. São Paulo: Paulinas, 2017.

BÍBLIA SAGRADA: **Almeida Revista e Atualizada** (J. Ferreira de Almeida, Trad.). Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2002.

CAIRNS, E. E. **O cristianismo através dos séculos**: Uma história da igreja cristã. 3. ed. São Paulo: Vida Nova, 2008.

CHAMPLIN, R. N. **Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia**. São Paulo: Hagnos, 2013.

RAHNER, K. **Schriften zur Theologie**. Einsiedeln: Benziger Verlag, 1972, p. 201.

WALKER, W. **História da igreja cristã**. 3. ed. São Paulo: Aste, 2006.

WEBER, T. P. "Ecumenismo". 3 vols. In: ELWELL, Walter A. ed. **Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã** (em 1 v.). São Paulo: Vida Nova, 2009.

Sumário

UNIDADE 2 - CONSERVADORES E LIBERAIS NO ECUMENISMO: ENTRE A DOCTRINA E A VERDADE REVELADA DO CONSERVADORISMO, O PLURALISMO E A COOPERAÇÃO INTERDENOMINACIONAL DO LIBERALISMO, E AS TENSÕES E CONTRIBUIÇÕES DE CATÓLICOS E PROTESTANTES.

Objetivos:

- **O Conservadorismo — Doutrina, Exclusividade e Verdade Revelada.**
- **O Liberalismo — Pluralismo e Cooperação Interdenominacional.**
- **Tensões e Contribuições de Católicos e Protestantes.**

O Conservadorismo — Doutrina, Exclusividade e Verdade Revelada

Teixeira (1995, p. 64 65) retrata o exclusivismo teológico como a posição que sustenta a plenitude da fé cristã conforme encontrada exclusivamente em Cristo, implicando que a salvação não pode ser alcançada fora do cristianismo. Essa perspectiva é defendida por teólogos como Samuel Zwemer, Hendrik Kraemer e Lesslie Newbigin. Para os adeptos dessa posição, a Bíblia constitui a única fonte legítima de conhecimento espiritual e salvífico, funcionando como o critério absoluto de verdade religiosa.

Cairns (2008, p. 497) demonstra que o conservadorismo não é contra uma forma de “ecumenismo” que sustente os seus interesses em manter os seus posicionamentos doutrinários. Ele relata que os grupos conservadores também avançaram na promoção da cooperação entre igrejas por meio da formação de confederações nacionais.

Um exemplo significativo foi a criação da World Christian Fundamentals Association (Associação Mundial dos Cristãos Fundamentalistas), fundada em 1919 por W. B. Riley (1861–1947) e outros líderes, com o objetivo de combater o avanço do modernismo teológico.

Posteriormente, em setembro de 1941, surgiu o American Council of Christian Churches (Conselho Americano de Igrejas Cristãs), como uma resposta direta à atuação do Federal Council of Churches, que reivindicava representar todas as denominações protestantes dos Estados Unidos. Em oposição a essa pretensão, o

American Council exclui de sua membresia igrejas associadas, mesmo que indiretamente, ao Federal Council.

Sob a liderança do influente pastor Carl McIntire, que utilizava o jornal *Christian Beacon* como meio de crítica, o American Council se tornou uma importante voz conservadora. Este concílio declara representar aproximadamente dois milhões de protestantes norte-americanos.

O historiador continua o seu arrazoado, ponderando que a verdadeira Igreja é, por natureza, um organismo vivo, cuja essência transcende qualquer estrutura ou mecanismo institucional de origem humana. Nenhuma forma organizacional pode substituir a unidade espiritual que constitui a Igreja como o único e autêntico corpo internacional no mundo.

Essa unidade, fundamentada no Espírito, jamais compromete a integridade doutrinária. No entanto, o Conselho Mundial de Igrejas tem, por vezes, relativizado a ortodoxia teológica em favor de uma inclusividade ampla, o que levanta preocupações quanto à fidelidade à verdade revelada (Cairns, 2008, p. 501).

O Liberalismo — Pluralismo e Cooperação Interdenominacional

Geffré (2013, p. 53, 54) faz uma análise sobre o tema e propõe uma reflexão sobre a marcante diversidade na experiência do divino, especialmente entre o cristianismo ocidental e as grandes ramificações religiosas orientais. Ele reconhece que cada religião possui uma forma própria e (ao seu ver) legítima de se relacionar com o sagrado, moldada por sua história, cultura e linguagem simbólica.

Em vez de promover uma uniformização artificial, o autor defende a ideia de uma “emulação recíproca” entre as religiões — isto é, um intercâmbio respeitoso e enriquecedor, em que cada tradição pode aprender com a outra sem renunciar a sua identidade essencial. Esse caminho de diálogo não pede que as religiões deixem de lado suas diferenças, mas que aprendam a respeitá-las com tranquilidade, reconhecendo que cada uma expressa, à sua maneira, a busca por Deus.

Hortal (1996), teólogo brasileiro ligado ao movimento evangélico histórico, defende que outras igrejas e tradições cristãs — mesmo aquelas que apresentam diferenças doutrinárias significativas — possuem valor salvífico e espiritual legítimo. Essa concepção está alinhada com uma teologia que reconhece a obra do Espírito

Santo atuando além das fronteiras denominacionais, e vê a cooperação interdenominacional como um caminho necessário para fortalecer a missão evangelizadora da Igreja no mundo pluralista.

Além disso, enfatiza que o ecumenismo deve ser fundamentado no respeito mútuo, na honestidade teológica e na busca sincera pela unidade, sem que isso implique em dissolução ou relativização das identidades confessionais. Para ele, a unidade cristã é possível e deve ser perseguida, pois ela reflete o desejo bíblico de que “haja um só rebanho e um só pastor” (João 10:16), apontando para a realidade da Igreja como corpo de Cristo.

Cairns (2008, p. 497) aborda sobre a fundação das agências de cooperação internacional. Diversas denominações cristãs têm criado organizações internacionais com o objetivo de promover a cooperação entre igrejas da mesma confissão teológica em diferentes países, atendendo assim às necessidades globais de sua confissão.

No caso da Comunhão Anglicana, desde 1867 os bispos ao redor do mundo se reúnem a cada dez anos na chamada Conferência de Lambeth, para tratar de assuntos de interesse comum. A Aliança Presbiteriana Mundial foi estabelecida em 1875, realizando seu primeiro encontro em Edimburgo em 1877. Da mesma forma, a Aliança Batista Mundial foi formada em 1905 para discutir temas relevantes a todas as igrejas batistas.

Já a Federação Luterana Mundial, oficialmente organizada em Lund, em 1947, realiza encontros periódicos desde sua primeira assembleia, ocorrida em 1923. Os metodistas contam com o Concílio Metodista Mundial, formalizado em 1951, mas cujas reuniões remontam a 1881. Por fim, os pentecostais estabeleceram a Conferência Pentecostal Mundial em 1947, com encontros regulares a cada três anos.

Tanto o American Council of Christian Churches (ACCC) — Conselho Americano de Igrejas Cristãs — quanto a National Association of Evangelicals (NAE) — Associação Nacional dos Evangélicos — reagiram à tentativa das forças liberais de estabelecer um conselho ecumênico unificado. Para isso, criaram organizações internacionais de caráter conservador.

O International Council of Christian Churches (ICCC) — Conselho Internacional de Igrejas Cristãs — foi fundado em 1948 na cidade de Amsterdã, apenas duas semanas antes do encontro mencionado anteriormente, com o propósito de se opor ao liberalismo teológico e fomentar um espírito evangélico global.

Posteriormente, em agosto de 1951, na Holanda, foi organizada a World Evangelical Fellowship (WEF) — Aliança Evangélica Mundial — para promover a comunhão entre os evangélicos e coordenar as ações da NAE com os grupos evangélicos ao redor do mundo (Cairns, 2008, p. 500).

Tensões e Contribuições de Católicos e Protestantes

O paradigma exclusivista na teologia cristã tradicional sustenta que a salvação está estritamente condicionada ao conhecimento explícito de Jesus Cristo e à filiação à Igreja. Essa visão tem raízes tanto no catolicismo romano quanto no protestantismo histórico.

Segundo Teixeira (1995), em sua obra “Teologia das Religiões”, esse paradigma enfatiza a centralidade da fé cristã ortodoxa como única via legítima para a reconciliação com Deus, vinculando a filiação à Igreja como condição indispensável para a salvação. Esse posicionamento se expressa no antigo princípio católico “*extra Ecclesiam nulla salus*” — “fora da Igreja não há salvação” — e encontra paralelo no protestantismo conservador, que sustenta a necessidade da adesão explícita a Cristo para a redenção.

Contudo, como destaca Teixeira, essa visão tem sofrido uma diminuição de vigência na contemporaneidade, limitando-se hoje a alguns grupos católicos mais radicais e a círculos conservadores dentro do protestantismo. Essa redução ocorre em resposta a um mundo cada vez mais plural e interconectado, no qual as questões relativas à pluralidade religiosa e ao diálogo ecumênico ganharam maior relevância.

Autores como Hans Küng (1999), questionam o exclusivismo estrito, propondo uma abordagem teológica que valorize o diálogo entre os segmentos religiosos sem que isso implique a perda da identidade cristã. Küng enfatiza a necessidade de

superar o dogmatismo que muitas vezes acompanha o exclusivismo para que se possa construir pontes de entendimento e colaboração entre diferentes confissões cristãs e outras religiões, respeitando a verdade revelada, mas reconhecendo a atuação do Espírito Santo além das fronteiras confessionais.

A grande dificuldade é que, aquilo que Küng denomina de dogmatismo pode representar um princípio bíblico cuja observação seja vital para a fidelidade cristã aos pressupostos da fé. Por exemplo, Almeida (2024, p. 183) convida para que se observe o que ocorreu na terceira Assembleia da CMI, realizada em Nova Délhi, Índia, em 1961 ao serem proferidas algumas das bênçãos escritas para os cultos. Para o culto de manhã de 29 de novembro de 1961, a bênção foi:

Cristo, nosso verdadeiro Deus, pela intercessão, de sua puríssima Mãe, sempre virgem Maria; de nosso Pai entre os santos, João Crisóstomo, arcebispo de Constantinopla; dos santos mártires Paramonus, Filoumenes e Faidre, a quem é dedicado este dia, e de todos os santos, terá misericórdia de nós e nos salvará pois ele é bom e ama a humanidade. Amém.

O documento “Do Conflito à Comunhão” (CNBB, 2016), publicado conjuntamente pela Comissão Luterana-Católico-Romana, representa um marco significativo no diálogo ecumênico entre a Igreja Católica e a Federação Luterana Mundial. Lançado em 2016, por ocasião dos 500 anos da Reforma Protestante, ele tem como objetivo oferecer uma leitura conjunta e reconciliadora dos eventos históricos que marcaram a cisão do cristianismo ocidental no século XVI.

O texto reconhece as tensões históricas e as diferenças doutrinárias que separaram católicos e luteranos, mas encara essas diferenças como mal-entendidos. Também destaca o que chama de “avanços teológicos e espirituais” alcançados nas últimas décadas, especialmente a partir do Diálogo Católico-Luterano sobre a Doutrina da Justificação, formalizado na Declaração Conjunta sobre a Justificação pela Fé em 1999. O documento busca cultivar uma memória comum que supere a lógica da acusação mútua, propondo uma abordagem que valoriza as contribuições teológicas, litúrgicas e pastorais de ambas os segmentos.

Com linguagem respeitosa e teologicamente fundamentada, “Do Conflito à Comunhão” convida ambas as igrejas a caminharem juntas em espírito de arrependimento, gratidão e esperança. Ele sugere que o caminho do ecumenismo não está na uniformização doutrinária forçada, mas no reconhecimento mútuo da fé cristã, da ação do Espírito Santo e do compromisso comum com o Evangelho.

É claro que, se o ecumenismo puder se desenvolver em um ambiente de liberdade doutrinal, não há por que não aderir ao movimento. Porém, na prática, como o exemplo citado por Almeida, isso pode não ocorrer. No entanto, é possível haver cooperação nas áreas de assistência social, particularmente aos necessitados e, especialmente, quando houver a urgência de uma ação coletiva. Em tais situações as ações conjuntas não enfrentarão grandes resistências.

INDICAÇÃO DE VÍDEO:

[McAlister faz expõe em breves palavras qual a essência do ecumenismo bíblico, e o que não é ecumenismo nesse sentido. Assista o vídeo: **O que é Ecumenismo nos dias de hoje?** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WLSGlt32FvE>].

[Veridiano Pantarotto, em **Teologia Liberada Sem Rótulos**, faz uma exposição histórica e simpática do ecumenismo. Embora a exposição seja breve, Pantarotto conseguiu resumir alguns dados históricos relevantes sobre o movimento. Assista o vídeo: **O que é Ecumenismo?** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yJE5s5iOuUI>]

LEITURA COMPLEMENTAR

Em sua exposição, Brakemeuer faz um comentário do que representa o ecumenismo hoje, tendo em vista a mudança de rumo em suas ênfases e propósitos iniciais. Lei com espírito avaliador, tentando descobrir a posição do autor e se você concorda com o seu posicionamento. Brakemeuer, Gottfried. “Ecumenismo: repensando o significado e a abrangência de um termo”. PERSPECTIVA TEOLÓGICA. 33 (2001), 195-216. Artigo disponível em:

<https://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/793/1224>. Acesso em 15 jul. 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre as posições conservadoras e liberais no ecumenismo evidencia a complexidade e a riqueza do debate teológico em torno da unidade cristã. O conservadorismo, ao afirmar a centralidade da verdade revelada nas Escrituras e a exclusividade da salvação em Cristo, busca preservar a integridade doutrinária frente a pressões culturais e religiosas contemporâneas. Sua crítica às iniciativas ecumênicas mais inclusivas, como as promovidas pelo Conselho Mundial de Igrejas, parte do princípio de que a verdadeira unidade da Igreja é uma realidade espiritual, não uma construção institucional, e que essa unidade deve ser sustentada pela fidelidade à doutrina bíblica.

Por outro lado, as correntes liberais defendem um ecumenismo mais inclusivo, que reconhece que Deus também pode agir em outras igrejas cristãs e, em alguns casos, até mesmo em outras religiões. Teólogos como Claude Geffré, Hans Küng e Jesus Hortal defendem uma abordagem dialógica, na qual o respeito mútuo, o reconhecimento da diversidade e a cooperação prática são elementos centrais. Embora haja tensões entre essas duas visões, o esforço comum pela missão, pela justiça e pela paz no mundo pode se tornar um espaço legítimo de convergência. O desafio contemporâneo está em cultivar um ecumenismo que una firmeza doutrinária e abertura relacional, construindo pontes sem comprometer as convicções essenciais da fé cristã. E no caso de ajudar os necessitados, as ações em conjunto tendem a ser bem aceitas e não costumam encontrar grandes resistências.

HORA DE REVISAR

Nesta Unidade verificamos a discussão entre conservadores e liberais no contexto do ecumenismo, o que revela tensões agudas entre a preservação da ortodoxia doutrinária e a abertura ao pluralismo religioso. O paradigma exclusivista, presente tanto no catolicismo romano quanto no protestantismo histórico, afirma que

a salvação está condicionada à confissão explícita de fé em Jesus Cristo e à filiação à Igreja visível.

Esse modelo, como destaca Faustino Teixeira (1995), encontra respaldo em teólogos como Kraemer e Zwemer, sendo reforçado por práticas e estruturas como o American Council of Christian Churches (ACCC) e o International Council of Christian Churches (ICCC), criados como resistência ao ecumenismo liberal. Embora esses grupos conservadores demonstrem abertura para formas seletivas de cooperação interdenominacional — como no caso da World Christian Fundamentals Association ou da World Evangelical Fellowship —, eles mantêm o compromisso com uma teologia centrada na exclusividade da revelação cristã e na autoridade normativa das Escrituras.

Cairns (2008) destaca que, segundo a perspectiva conservadora, a verdadeira unidade da Igreja é uma realidade espiritual que não pode ser reproduzida por organizações humanas. Por isso, os conservadores são críticos às iniciativas ecumênicas que, como as do Conselho Mundial de Igrejas, tendem a relativizar verdades doutrinárias em nome de uma união institucional.

Por outro lado, autores como Claude Geffré (2013) e Jesus Hortal (1996) propõem uma teologia mais aberta, voltada para o diálogo inter-religioso e a cooperação interdenominacional. Geffré argumenta que as religiões expressam diferentes caminhos de busca pelo divino, e que essas diferenças devem ser acolhidas com serenidade, favorecendo uma “emulação recíproca” entre as confissões diferentes.

Hortal, por sua vez, valoriza a atuação do Espírito Santo para além das fronteiras institucionais, reconhecendo valor salvífico em outras confissões cristãs e incentivando a construção de pontes entre elas, sem exigir a dissolução das identidades confessionais. Hans Küng (1999) contribui para esse debate ao propor um modelo de ecumenismo fundamentado no diálogo e na superação do exclusivismo rígido, embora se reconheça que, para muitos conservadores, o que ele denomina “dogmatismo” pode representar, na verdade, a fidelidade às verdades centrais da fé cristã, como o caso citado por Almeida (2024).

Nesse sentido, o ecumenismo só será amplamente aceito se for exercido num ambiente de liberdade doutrinária e mútua integridade teológica, preservando-se os fundamentos bíblicos da fé ao mesmo tempo em que se promove a unidade cristã. No entanto, a situação em que a cooperação se mostra mais viável é justamente nas ações conjuntas em favor dos necessitados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Abraão de. **Teologia Contemporânea**. Rio de Janeiro: CPAD, 2024.
- CAIRNS, E. E. **O cristianismo através dos séculos**: Uma história da igreja cristã. 3. ed. São Paulo: Vida Nova, 2008.
- COMISSÃO LUTERANA-CATÓLICO-ROMANA. **Do conflito à comunhão**. São Leopoldo: Sinodal; Brasília: CNBB, 2016.
- GEFFRÉ, Claude. **De Babel a Pentecostes**. São Paulo: Paulus, 2013.
- HORTAL, Jesus. **E haverá um só rebanho**. São Paulo: Loyola, 1996.
- KRAEMER, H. **The Christian Message in a Non-Christian World**. Harper, 1938.
- KÜNG, Hans. **Teologia a caminho**: fundamentação para o diálogo ecumênico. São Paulo: Paulinas, 1999.
- TEIXEIRA, Faustino. **Teologia das religiões**: uma visão panorâmica. São Paulo: Paulinas, 1995. Coleção Caminhos de Diálogo.
- ZWEMER, S. M. **The Glory of the Cross**. Zondervan, 1945.

UNIDADE 3 - DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO: PRINCÍPIOS, DESAFIOS E PRÁTICAS — DIFERENÇA ENTRE ECUMENISMO E DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO; PRÁTICAS DE DIÁLOGO E COLABORAÇÃO SOCIAL; IDENTIDADE E TESTEMUNHO CRISTÃO EM CONTEXTOS PLURAIS.

Objetivos:

- **Princípios, Desafios e Práticas: A Diferença entre Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso.**
- **A Prática de Diálogo e a Colaboração em Causas Sociais.**
- **A Identidade e o Testemunho Cristão em Contextos Plurais.**

Noções Preliminares

Diferente do ecumenismo, que busca a interação entre as religiões exclusivamente cristãs, Católica Romana, Católica Ortodoxa, Protestante Clássica e Pentecostais, além de outros grupos minoritários, o diálogo inter-religioso é uma tentativa de aproximação com outras correntes religiosas fora do cristianismo, tais como o Judaísmo, Islamismo, Budismo, Confucionismo, e as demais correntes espalhadas pelo mundo.

Evidentemente, todo diálogo religioso praticado com respeito é sadio, porém, a iniciativa do diálogo pelo cristianismo, especialmente católico, prevê uma abertura de concessão que fere de maneira drástica a mais importante e contundente verdade da fé cristã, isto é, ninguém chega a Deus Pai a não ser por meio de Jesus Cristo. Por exemplo, Silva (2017, p. 137), embora abordando sobre a teologia de Rahner no contexto protestante, afirma que ele propôs um caminho antropológico para o encontro com o Mistério Absoluto, centrado na profundidade da experiência humana.

Ao integrar idealismo e antropologia em uma perspectiva existencial e subjetiva da mística, sua abordagem oferece importantes contribuições à mística pós-moderna — caracterizada pela superação de fronteiras confessionais e pela busca de uma experiência direta com o inefável. Essa experiência subjetiva é uma porta aberta para a aceitação de diversos caminhos para se chegar ao Absoluto, isto é, a Deus.

Princípios, Desafios e Práticas: A Diferença entre Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso

Küng (1999, p. 45–46) explica que o “ecumenismo dialoga entre cristãos; diálogo inter-religioso insere-se num contexto de pluralidade onde não há linguagem ou símbolo comum pré-estabelecido.” Embora o cristianismo deva levar em consideração os aspectos culturais dos povos a serem evangelizados, a sua proposta é tornar conhecido o evangelho e apelar para a sua aceitação.

Jesus disse: “Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra. Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado. E eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século” (Mt 28-1820 ARA).

Ao descrever a distinção entre ecumenismo e diálogo inter-religioso, Küng explica que eles atuam em esferas diferentes do diálogo religioso. A partir de seu arrazoado é possível perceber a sua concepção em relação pluralista quanto ao caminho de salvação. Ele afirma que o ecumenismo é voltado para o diálogo entre os cristãos, ou seja, entre igrejas que compartilham a mesma matriz cristã.

O seu objetivo é buscar a unidade visível do cristianismo, superando as divisões históricas, doutrinárias e eclesiológicas. Porém, todos os seguimentos envolvidos têm Cristo como o alvo a seguir. Ou seja, um esforço de reconciliação intra-cristã, onde ainda há um “terreno comum” teológico, como a crença em Jesus Cristo como único salvador pessoal, a Bíblia, o batismo, a ceia do Senhor, etc.

No entanto, o diálogo inter-religioso diz respeito ao encontro com ramificações religiosas não cristãs — como o judaísmo, islamismo, hinduísmo, budismo, religiões afro-brasileiras, etc. Nesse tipo de diálogo, as diferenças são mais agudas, pois envolvem cosmovisões, símbolos, doutrinas e práticas que muitas vezes não compartilham qualquer base teológica comum com o cristianismo (Küng, 2001).

Küng afirma a exigência de compreensão de ambos os lados, ou seja, a escuta respeitosa, o reconhecimento da dignidade da fé alheia e a abertura à verdade do outro. No entanto, ele reconhece que o diálogo inter-religioso é ainda mais desafiador, pois demanda a superação de barreiras mais amplas — não apenas confessionais, mas também culturais, filosóficas e espirituais.

Agnolin (2013) também destacar a importância do respeito às particularidades de cada religião no diálogo inter-religioso. Enquanto o ecumenismo busca a unidade cristã, o diálogo inter-religioso se ancora no reconhecimento da pluralidade religiosa como um dado antropológico e cultural legítimo, por isso, afirma: “O diálogo inter-religioso não visa à fusão das crenças, mas à convivência respeitosa entre sistemas simbólicos distintos, que expressam igualmente a busca humana pelo sagrado” (Agnolin, 2013, p. 58).

Porém é nesse terreno que reside o problema, pois embora reconhecendo que exista aspectos da verdade em vários segmentos religiosos não cristãos, somente o cristianismo detém a verdade absoluta, conforme Jesus afirmou em Sua oração sacerdotal: “Santifica-os na verdade; a tua palavra é a verdade” (Jo 17:17 ARA). Ele também afirmou: “Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim” (Jo 14:6 ARA).

Küng (1990) propõe que a humanidade não alcançará a paz entre as nações sem a paz entre as religiões, e essa paz só será possível por meio do diálogo inter-religioso fundamentado na ética global, na busca comum pelo bem e na recusa à imposição dogmática. No entanto, Jesus Cristo não prometeu essa paz fundamentada na ética global que ignora as diferenças fundamentais entre a verdade em Cristo e os erros das religiões humanas e idolátricas.

A proposta do cristianismo é amar ao próximo e até dar a vida por ele se necessário, porém, jamais renunciar ao mandato de Cristo em prol de uma unidade meramente secular, fundamentada na ética global que, em muitos sentidos, sequer corresponde à vontade de Cristo para a Sua Igreja.

A Prática de Diálogo e a Colaboração em Causas Sociais

Cairns (2008, 496) faz um levantamento histórico sobre cooperação na área social dentro do próprio cristianismo, o que não deixa de ser uma porta aberta para fomentar um modelo de praxe para a relação com as religiões não cristãs. Ele relata que, seja qual for o sistema de confederação eclesial, as unidades participantes mantêm sua autonomia, mas cooperam em torno de objetivos comuns. Diversas

denominações protestantes têm formado federações nacionais para prestação conjunta de serviços. Um exemplo inicial foi a criação da Federação Protestante da França, em 1905. No entanto, o exemplo mais significativo é o Federal Council of Churches of Christ in America, fundado em 1908 por cerca de trinta denominações, com base em uma constituição elaborada em 1905. A única confissão teológica do documento era a menção ao “divino Senhor e Salvador”.

O enfoque do Concílio sempre foi a cooperação em ações sociais, tendo formulado um Credo Social que incluía propostas como a abolição do trabalho infantil, o salário-mínimo e mediações em disputas trabalhistas. Comissões foram criadas para implementar essas diretrizes. Devido à ênfase social e à base teológica pouco robusta, o movimento foi majoritariamente liderado por teólogos de orientação liberal desde o início.

Hortal (1996) enfatiza que o diálogo inter-religioso precisa ir além das discussões teológicas para se envolver em ações práticas — sobretudo na promoção da justiça, da paz e da solidariedade. Para ele, a verdadeira unidade entre tradições religiosas se constrói na vivência de projetos sociais comuns, onde fé e ação se entrelaçam num testemunho ético: “O diálogo não é só palavra: é comunhão na dor e no trabalho pelo bem comum. A ação conjunta em favor da justiça torna-se elo de unidade mais forte que qualquer tratado teológico” (Hortal, 1996, p. 91).

Andrade (2010) também compartilha desse pensamento. Ao tratar do fenômeno religioso com base na geografia e no espaço cultural, observa que a colaboração entre religiões é potencializada quando estas reconhecem o impacto de seus contextos territoriais e culturais nas práticas sociais. Segundo ele, isso gera um campo fértil para a cooperação: “A geografia da religião revela como práticas religiosas distintas compartilham o mesmo território simbólico e social, favorecendo sinergias em ações comunitárias” (Andrade, 2010, p. 25)

O que se percebe nitidamente nas palavras de Hortal e Andrade é o sacrifício de princípios teológicos pela unidade buscada através do diálogo inter-religioso. Não se deve negar a necessidade de ações conjuntas em programas cooperativos para o bem comum, porém, se a relevância da doutrina cristã não puder ser mantida, essa cooperação fugirá dos padrões bíblicos.

A Identidade e o Testemunho Cristão em Contextos Plurais

Embora a relação com outros grupos religiosos exija cautela e respeito pelas diferenças, nem sempre o confronto poderá ser evitado, tendo em vista que algumas práticas religiosas ferem diametralmente os princípios cristãos e até mesmo da civilidade secular. Princípios éticos sólidos e humanos fazem parte da configuração identitária do cristianismo. É comum a atuação das religiões cristãs em situações em que a sua intervenção seja necessária.

Projetos que exemplificam a visão de Hortal (1996, p. 91) foi o que se destacou em iniciativas de *Círculos de Paz* realizadas por igrejas cristãs em parceria com comunidades e componentes de outras ramificações religiosas em periferias urbanas brasileiras. Nessas rodas de diálogo e reconciliação, foram promovidos projetos voltados ao enfrentamento à violência juvenil e ao fortalecimento da coesão comunitária. As práticas incluíram:

- Encontros regulares onde jovens, famílias, líderes religiosos e representantes do poder público compartilhavam experiências e buscavam soluções coletivas.
- Intervenções restaurativas, como o acolhimento de jovens em conflito, diálogo com vítimas e facilitadores de justiça restaurativa.
- Articulação de programas de apoio a vulneráveis (idosos, crianças), garantindo acesso a serviços básicos — educação, assistência e saúde — com o apoio de múltiplas comunidades de fé.

Contudo, segundo Hortal, o diálogo que se traduz em solidariedade real alcança eficácia maior e tende a produzir impacto social duradouro — bem mais do que discursos ecumênicos limitados à teologia. E esse arrazoado somente será factível se os discursos se prenderem às limitações impostas pelas pressuposições do ecumenismo e não refletirem as verdades extraídas das Sagradas Escrituras. É preciso realizar a ação social, porém, sem negligenciar a ação da Palavra de Deus.

Geffré (2013) destaca que a identidade cristã só pode ser mantida com autenticidade se ela for relacional, isto é, construída no encontro com o outro. Ele rejeita tanto o exclusivismo quanto o relativismo, propondo uma “identidade dialogal”.

Contudo, é preciso decodificar adequadamente o termo “exclusivismo” usado por ele, tendo em vista que, frequentemente, o termo é uma tentativa de colocar as correntes religiosas não cristãs na mesma base soteriológica que o cristianismo.

Por isso, ao propor que “ser fiel a Cristo hoje implica dar testemunho dele no meio dos outros, não contra os outros. O testemunho não se impõe, se propõe” (Geffré, 2013, p. 102), o seu arrazoador, embora absolutamente correto quanto ao testemunho, somente refletirá a autenticidade requerida pela fé em Cristo, se o pano de fundo de suas intenções não for relativista, reduzindo a soteriologia cristã. Essa mesma dúvida ecoa das palavras de Teixeira (2007):

Devemos assumir o desafio de uma teologia inter-religiosa capaz de reinterpretar a especificidade cristã em função da riqueza de que podem ser testemunhas as outras religiões, com a sua capacidade de favorecer uma nova inteligência do mistério de Deus.

Agnolin (2013) vai ainda mais longe ao reforçar que o testemunho cristão em meio ao pluralismo exige o abandono da postura proselitista e a adoção de um espírito de escuta: “Num mundo religiosamente diversificado, o testemunho cristão autêntico se dá na escuta atenta e no serviço concreto, e não na imposição da verdade” (Agnolin, 2013, p. 61).

É claro que o testemunho cristão autêntico se dá na escuta atenta e no serviço concreto, no entanto, a verdade não deve ser calada e a sua transmissão, respaldada por essas ações. Com essa estrutura de ação, a “imposição” da verdade será acolhida com satisfação. As palavras finais de Agnolin representam o fim da pregação, dos estudos bíblicos e dos batismos cristãos, pois estão na contramão da grande comissão. Elas representam a ação antagônica proposta por Jesus.

INDICAÇÃO DE VÍDEO:

[O Professor e Padre Antonio Alvimar Souza faz uma exposição breve e simples sobre o diálogo inter-religioso, enfatizando a necessidade de aproximação amorosa das religiões não cristãs, e no Brasil, das religiões de matriz africana. Assista o vídeo: **Diálogo Inter-Religioso** Disponível em:

LEITURA COMPLEMENTAR

A análise do autor pretende ser uma contribuição protestante ao tema do diálogo inter-religioso, tendo em vista a escassez de material por autores protestantes em relação aos autores católicos. Leia com espírito analítico e aproveite o máximo possível as informações relevantes sobre o tema. Filho, Carlos Ribeiro Caldas. “Diálogo inter-religioso: perspectivas a partir de uma teologia protestante”. HORIZONTE. Horizonte, Belo Horizonte, v. 15, n. 45, p. 112-133, jan./mar. 2017. Artigo disponível em: <file:///C:/Users/prjos/Downloads/Dialnet-DialogoInter-religioso-5908815.pdf>. Acesso em 16 jul. 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da crescente pluralidade religiosa e cultural do mundo contemporâneo, o diálogo inter-religioso emerge como uma necessidade ética e teológica. No entanto, conforme demonstrado ao longo desta análise, esse diálogo não pode ocorrer à custa da identidade cristã ou da relativização da verdade revelada em Cristo. Embora autores como Küng, Geffré e Agnolin proponham caminhos de aproximação baseados na escuta mútua e no reconhecimento da dignidade de todas as correntes religiosas, é fundamental que o cristianismo preserve a centralidade da mensagem de Jesus como o único caminho para o Pai (Jo 14:6). O testemunho cristão, ainda que realizado em ambientes plurais e mediante ações solidárias conjuntas, deve se manter fiel às Escrituras, cumprindo a sua missão evangelizadora de vocação profética.

Ao mesmo tempo, reconhecemos que o diálogo, quando bem conduzido, pode ser uma oportunidade para a vivência do amor ao próximo e da justiça social, como ressaltam Hortal e Andrade. A colaboração interreligiosa em causas comuns não apenas fortalece os laços comunitários, como também oferece um testemunho ético que transcende fronteiras confessionais. Contudo, para que esse diálogo produza frutos duradouros e autênticos, ele deve ser alicerçado, não em concessões doutrinárias, mas na integridade do evangelho. Dessa forma, a Igreja é chamada a atuar no mundo com empatia e serviço, mas também com firmeza teológica,

proclamando a verdade com humildade, sem jamais obscurecer o conteúdo da fé que recebeu e é chamada a transmitir.

HORA DE REVISAR

Como observado nesta Unidade, a discussão sobre o diálogo inter-religioso propõe uma reflexão exaustiva sobre os limites e potencialidades da convivência entre ramificações religiosas distintas. Enquanto o ecumenismo busca a unidade entre denominações cristãs com base em fundamentos teológicos comuns, o diálogo inter-religioso exige um esforço maior de escuta e respeito diante de cosmovisões radicalmente diferentes. Hans Küng (1999, 2001) e Agnolin (2013) apontam para a necessidade de compreensão recíproca e superação de barreiras culturais e teológicas, embora essa abertura muitas vezes entre em tensão com a exclusividade da mensagem cristã, conforme expressa nas palavras de Jesus em João 14:6 e João 17:17. Essa tensão se manifesta particularmente quando propostas como a de Rahner, voltadas a uma mística experiencial e pluralista, sugerem caminhos alternativos ao da revelação cristã. Embora autores como Geffré (2013) e Teixeira (2007) defendam uma “identidade dialogal” e uma teologia interreligiosa aberta à riqueza de outras religiões, é preciso cautela diante de interpretações relativistas que possam diluir o núcleo soteriológico da fé cristã.

No âmbito prático, a colaboração entre diferentes tradições religiosas em causas sociais é um terreno fértil para o testemunho ético e solidário. Exemplos históricos, como o *Federal Council of Churches of Christ in America* (CAIRNS, 2008), e contemporâneos, como os *Círculos de Paz* em comunidades periféricas, evidenciam que ações conjuntas em favor da justiça e da paz são possíveis e desejáveis. Autores como Hortal (1996) e Andrade (2010) defendem que o diálogo efetivo ocorre, não apenas nas palavras, mas na comunhão prática diante do sofrimento humano. No entanto, tais parcerias devem manter vigilância teológica, garantindo que o engajamento social não se torne pretexto para o abandono dos princípios bíblicos. A missão cristã, conforme a ordem de Cristo (Mt 28:18–20), inclui o testemunho amoroso e a proclamação da verdade — que não se impõe pela força, mas tampouco se omite diante do relativismo. A verdadeira relevância do testemunho cristão em contextos

plurais reside, portanto, na integração entre escuta respeitosa, serviço concreto e fidelidade à mensagem do evangelho.

REFERÊNCIAS

AGNOLIN, Adalberto. **História das religiões**: perspectiva histórico-comparativa. São Paulo: Paulinas, 2013.

ALMEIDA, Abraão de. **Teologia Contemporânea**. Rio de Janeiro: CPAD, 2024.

ANDRADE, José. Deus do deserto, Deus do vale: a geografia como ponto de partida para a compreensão do fenômeno religioso. *Interações: Cultura e Comunidade*, v. 5, n. 7, p. 13–38, 2010.

BÍBLIA SAGRADA: **Almeida Revista e Atualizada** (J. Ferreira de Almeida, Trad.). Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2002.

CAIRNS, E. E. **O cristianismo através dos séculos**: Uma história da igreja cristã. 3. ed. São Paulo: Vida Nova, 2008.

GEFFRÉ, Claude. **De Babel a Pentecostes**. São Paulo: Paulus, 2013.

HORTAL, Jesus. **E haverá um só rebanho**. São Paulo: Loyola, 1996.

KÜNG, Hans. **Projekt Weltethos**. München: Piper Verlag, 1990.

_____, Hans. **Projeto de ética mundial**: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2001.

_____. **Teologia a caminho**: fundamentação para o diálogo ecumênico. São Paulo: Paulinas, 1999.

SILVA, N. Gabriel da. “A recepção da teologia católica de Karl Rahner no contexto protestante”. In: RIBEIRO, C. O. & ROCHA, A. R. **Ecumenismo e Reforma** [136-151]. São Paulo: Paulinas, 2017.

TEIXEIRA, Faustino. Deus não tem religião. **Instituto Humanitas Unisinos Online**, São Leopoldo, 17 ago. 2007. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/553135-deus-nao-tem-religiao-artigo-de-faustino-teixeira>. Acesso em: 16 jul. 2025.

_____, Faustino. **Teologia das religiões**: uma visão panorâmica. São Paulo: Paulinas, 1995. Coleção Caminhos de Diálogo.



**Av. Barão de Gurguéia, 3333B - Vermelha
Teresina - Piauí**

f @/maltafaculdade

 www.faculdademalta.edu.br